
-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão levada a efeito aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e

-----Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1- Ponto prévio antes da ordem do dia;-----
- 2- Apreciação, discussão e eventual aprovação da candidatura ao Programa Operacional Fatores de Competitividade, no âmbito da Modernização Administrativa;-----
- 3- Apreciação, discussão e eventual aprovação da Autorização Genérica Favorável para efeito do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;-----
- 4- Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea e) do n.º 1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro;-----
- 5- Outros assuntos de interesse para o Município;-----
- 6- Período de intervenção nos termos do artº. 19º. do Regimento;-----

---0 Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros Ricardo Ribeiro Correia Luis e Olimpia do Carmo Ferreira Mendes, tendo o membro Ricardo Luis informado que não poderia estar presente solicitando que lhe fosse justificada a falta. A Junta de Freguesia de Perais foi representada pelo seu secretário.-----

----Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando à disposição dos membros para eventual consulta.

----Procedeu-se à leitura da ata da sessão ordinária de 21 de

dezembro de 2012, sendo aprovada por maioria.-----

-----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:-----

----Neste ponto não houve qualquer intervenção.-----

----2- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da candidatura ao Programa Operacional Fatores de Competitividade, no âmbito da Modernização Administrativa;*-----

----O Presidente da Assembleia Municipal interveio no sentido de informar que neste ponto o que estava em discussão era a declaração do reconhecimento da importância desta candidatura para a modernização administrativa do Município e não a aprovação desta como por lapso estava inscrito na convocatória.-----

----À solicitação do membro Roma sobre mais informações sobre esta candidatura e após a leitura da deliberação aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada em 13/02/2013, pelo Presidente desta Assembleia, a sr^a Presidente disse que, não era mais do que a possibilidade de através desta, e se a mesma for aprovada, aproveitar para se fazer a modernização administrativa de todos os serviços do município fazendo assim face não só aos atuais expedientes, mas também a preparação para futuras exigências neste campo.-----

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi deliberado que, por solicitação da Câmara Municipal na deliberação tomada na reunião realizada em 13/02/2013, propõe-se que o Projeto de Modernização Administrativa do Município, a candidatar ao Programa Operacional Fatores de Competitividade (em parceria com a empresa Qualitividade) no âmbito do SAMA, assuma, numa perspetiva local e regional, um caráter estratégico e prioritário.-----

----Reconhecendo a importância vital da modernização dos seus serviços e dos sistemas de informação para o desenvolvimento das

suas atribuições e competências de uma forma integrada, eficaz e eficiente, e nos termos do regulamento do SAMA do Programa Operacional dos Fatores de Competitividade, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer e declarar:-----

----**a)** o caráter estratégico do Projeto, sendo decisivo para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados pelo Município às empresas e aos cidadãos e contribuindo deste modo para os esforços de modernização administrativa em curso em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio;

----**b)** o caráter prioritário, no sentido em que a implementação do projeto de Modernização Administrativa do Município tem primazia em relação a outros eventuais projetos ou necessidades de investimento do Município e será concretizada no prazo máximo de 24 meses após a contratualização do financiamento.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----**3- *Apreciação, discussão e eventual aprovação da Autorização Genérica Favorável para efeito do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro;***-----

----Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado por solicitação da Câmara Municipal, na sequência da deliberação tomada na reunião realizada em 13/02/2013, aprovar por maioria, com 14 (catorze) votos a favor e 3 (três) abstenções, dos membros Luis Alberto Rodrigues Costa, João José Dias Ferro e Paulo Manuel Candeias Farinha Roberto, **emitir autorização prévia genérica favorável**, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

----**a)** Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----

----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

----E respeitando as seguintes condições:-----

----1- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

----2- A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;-----

----3- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

----4- Informação da Srª Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea e) do n.º1 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro;-----

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 15 de fevereiro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 1.119.773,43€ (um milhão, cento e dezanove mil,

setecentos e setenta e três euros e quarenta e três cêntimos), dos pagamentos efetuados de 393.400,99€ (trezentos e noventa e três mil e quatrocentos euros e noventa e nove cêntimos) e do saldo de 1.496.172.27€ (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e setenta e dois euros e vinte e sete cêntimos) e no nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, tendo a sr^a Presidente dado mais alguns esclarecimentos sobre os assuntos referidos.-----

----Mais Informou, que no caso da empreitada do bar de apoio ao cais de Ródão e depois de a autarquia ter envidado todos os esforços junto da empresa adjudicatária da obra para que esta terminasse a mesma, isso não aconteceu. Como tal, estava neste momento a decorrer o processo da tomada de posse administrativa para que depois possa acabar a mesma. À questão do membro Luis Costa se havia uma previsão para a entrada em funcionamento deste bar, a sr^a Presidente respondeu que tudo dependia da celeridade deste processo, mas previa que o mesmo pudesse entrar em funcionamento entre abril e junho do presente ano.-----

----O membro Joaquim António Morgado, como não tinha podido estar presente na reunião de Câmara, para a qual tinha sido convidado e onde foram debatidos alguns aspetos da Revisão do PDM, solicitou informação sobre o decorrer deste processo.-----

----O sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada em 06/02/2013, foram convidados todos os eleitos locais a pronunciarem-se, dando a sua opinião quanto à delimitação do perímetro urbano e à nova

delimitação da Reserva Ecológica Nacional no âmbito desta Revisão, porque por imperativo legal, havia urgência em que se avançasse já com esta situação, no entanto e apesar de se ter dado um grande avanço no mesmo, este era um processo que ainda não estava fechado, carecendo de alguns trâmites processuais, estando convencido que em breve seria o mesmo remetido a este órgão para discussão.-----

----5-Outros assuntos de interesse para o Município;-----

----O membro Joaquim António Morgado, referindo-se aos documentos enviados, para informação, sobre o problema do ambiente nesta vila, sendo eles, a troca de correspondência entre várias entidades e a autarquia e o último relatório de monitorização ambiental efetuado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, disse estar muito desiludido com o jogo do empurra das várias entidades envolvidas, esperando que apesar de tudo, um dia este problema tenha solução.-----

----A sr^a Presidente da Câmara Municipal, disse que estes documentos só provavam que a autarquia estava a fazer tudo o que lhe era possível fazer, mas perante estas respostas não poderia ficar parada, estando a preparar uma tomada de posição para manifestar o protesto e a indignação perante este problema, a ser enviada a todas as entidades com responsabilidades nas questões ambientais.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que o problema ambiental nesta vila e perante estes documentos, deixava a autarquia numa encruzilhada, solicitando aos membros propostas para uma tomada de atitude deste órgão perante o problema.-----

----O membro Luis Costa referiu que, na sua opinião, o relatório efetuado pela Universidade Nova de Lisboa, era muito vago e simplificado e que o ponto de monitorização agora escolhido não

fora o mais adequado, propondo que se solicita-se aos técnicos que em próximos relatórios houvesse uma maior definição quanto às unidades poluentes. Deixou também a proposta de que a Assembleia Municipal deveria elaborar individualmente ou em conjunto com a Câmara uma tomada de posição, manifestando o seu desacordo com a situação e exigindo a melhoria na qualidade ambiental, quer na componente líquida quer gasosa.-----

----O membro Paulo Roberto, disse que, na sua opinião, e perante as evidências, o problema já deixara de ser uma questão técnica para ser uma questão política e eventualmente de poder económico das empresas, porque tecnicamente estava provado a existência dessa poluição.-----

----A sr^a Presidente da Câmara Municipal propôs a realização de uma sessão pública com a presença dos técnicos da Universidade Nova de Lisboa, aberta a toda a população para de viva voz darem a sua opinião sobre o problema.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal, chamou a atenção para o facto de perante estes documento e apesar de estarmos a ser prejudicados, as empresas laborarem dentro dos limites legais, dizendo que, como representantes eleitos pela população, poder-se-iam dirigir aos conselhos de administração das fábricas, expondo-lhes as preocupações no sentido de os sensibilizar para o problema, ou poder-se-ia continuar a falar para a comunicação social e estas continuariam a fazer o que sempre fizeram e dentro da lei.-----

----O membro Miguel Fradique, propôs a convocação de uma reunião com alguém do Ministério do Ambiente, e de uma delegação conjunta de elementos da Câmara e Assembleia Municipal.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, referiu que, possivelmente, um dos fatores que levam a um acréscimo da poluição

nos dias de hoje, dever-se-ia às alterações geográficas e fluviais que não seriam as mesmas aquando da construção da fábrica e que não permitiam atualmente o escoar tão rápido dos elementos poluentes.--

----O membro Joaquim António Morgado, lembrou que já tinha havido uma manifestação pública de indignação na forma de um abaixo-assinado, que foi encaminhado para as várias entidades. Apesar das fábricas trabalharem dentro dos limites legais, verifica-se que estas extravasam muitas vezes esses limites e andam sempre no limiar dos mesmos, compensando às mesmas pagar as coimas aplicadas. Considerou que a via do diálogo será sempre preferível, mas também sabia que a Câmara Municipal tinha insistentemente tentado resolver o problema por esta via e que por parte destas nunca houve resposta, questionando se por parte das mesmas haveria vontade de resolver o problema. Disse sentir-se muito dececionado com as respostas da APA e CCDRC, demonstrativas da inércia de atitude e só pedia que as autoridades com responsabilidades ambientais, fossem mais incisivas na aplicação da lei. Sugeriu também se não se poderia solicitar à ANMP a intervenção neste assunto, ao que a sr^a Presidente respondeu que não lhe parecia que esta Associação pudesse ter uma intervenção ativa neste assunto, no entanto iria dar-lhes conhecimento da situação.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que estas entidades não se preocupavam com o assunto, limitando-se a aplicar o que estava legislado. Assim, propunha que dever-se-ia solicitar uma reunião com as empresas para discutir o problema.-----

----O Vice-Presidente da Câmara Municipal, disse que ninguém estava contra as empresas e que a Câmara Municipal tinha tentado resolver da melhor forma o problema, o que não aconteceu. Perante os documentos atrás referidos, verifica-se que as entidades não

estavam minimamente preocupadas com este assunto, como tal, era da opinião de que se deveria convocar uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, no sentido de lhe solicitar explicações concretas sobre este problema.-----

----A srª Presidente da Câmara Municipal disse que iria solicitar uma audiência com caráter de urgência, ao sr. Secretário de Estado do Ambiente, pensando que nessa audiência deveriam estar presentes todos os vereadores da Câmara Municipal e representantes das duas bancadas da Assembleia Municipal.-----

----A proposta da srª Presidente, teve a concordância geral de todos os presentes.-----

----A srª Presidente da Câmara Municipal deu mais algumas informações, nomeadamente, a celebração de dois protocolos. Um deles de cooperação para a promoção e suporte do empreendedorismo, entre a CIMBIS, os municípios pertencentes a esta comunidade, o Instituto Politécnico, a ACICB, a Associação do Cluster Agroindustrial do Centro, o Nercab, a Adraces e o Centro Municipal e de Cultura de Idanha-a-Nova. O outro celebrado com a Junta de Freguesia de Fratel no âmbito da divulgação do património cultural do município, dando em seguida mais informações sobre estes protocolos. Quanto ao assunto das NUT's, informou que afinal, o município de Vila Velha de Ródão iria integrar a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e não a Comunidade do Médio Tejo, como tinha informado na última Assembleia, dando mais informações sobre o assunto. Mais informou que já tinha solicitado duas audiências, com caráter de urgência, ao Secretário de Estado das Obras Públicas para lhe apresentar as suas preocupações sobre o estado de degradação e situações de falta de segurança do IP2 e que até à data nem sequer tinha obtido resposta às mesmas.-----

